

**20° ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE  
LINGUÍSTICA**

**A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA**

**Por Amélia Arlete Mingas**

Lisboa, 13-15 de Outubro de 004

## **A língua portuguesa em Angola**

*Por Amélia Arlete Mingas*

Universidade Agostinho Neto- ISCED/Luanda

### **Introdução**

Uma análise da interacção linguística, no mundo moderno, permite-nos constatar a construção política e histórica de espaços linguísticos, que atribuem especiais responsabilidades a comunidades multicontinentais, com impacto no contexto internacional.

No que respeita à língua portuguesa, os elementos integrantes da CPLP, Comunidades de Língua Oficial Portuguesa, têm essa língua como património comum e é fácil verificar que ela constitui o elemento identificador por um lado, dos membros da comunidade portuguesa e por outro, um dos elementos identificadores dos membros das restantes comunidades integrantes da CPLP. A língua portuguesa constitui um instrumento próprio a essas comunidades e resulta de uma construção histórica que se consolidou na tensão dialéctica entre a aceitação e a repulsa, entre a imposição e a liberdade, que representava o poder colonial e a ideia de independência e liberdade.

Independentemente dos factores que para isso contribuíram, certo é que a comunidade internacional conta hoje com uma realidade geopolítica que é reconhecida pela sua identificação linguística, sem, no entanto, pôr em causa a identidade política autónoma dos que a integram.

Quer isto dizer que, para lá dos elementos identificadores de cada um dos Estados e povos que constituem a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – e em que os seus contextos culturais e linguísticos locais são elementos determinantes – há uma efectiva transnacionalização de um património – a língua portuguesa – que surge, não com uma única mas várias identidades e que se foram, progressivamente, construindo.

Importa contudo, salientar que apesar disso, esta comunidade conhece e reconhece-se nesse património. E é reconhecida por ele.

### **Língua e variação**

A língua é uma entidade dinâmica. Assim, da mesma forma que se constata evoluções no contexto de uma mesma realidade nacional, incorporando a modernidade e novas formas de representação linguística dessa realidade, de igual modo se deve reconhecer a contribuição dada pelos vários grupos de falantes da língua portuguesa para a construção de formas distintas de representar essa mesma língua.

Essa dinâmica é gerada pela própria sociedade, pelas relações entre as pessoas, pela necessidade, enfim, de estabelecer um patamar de compreensão em que todos se insiram.

Face ao que acima foi dito, óbvio se torna admitir ser decisivo, para a análise das potencialidades desta comunidade linguística e histórica, determinar o grau de comprometimento dos poderes públicos e públicos numa estratégia de desenvolvimento da língua portuguesa, não apenas como instrumento de comunicação mas igualmente como realidade em construção em Estados autónomos e independentes.

A problemática da língua portuguesa em Angola, permite-nos admitir que se torna necessário e urgente criar condições para que seja feito o inventário do português fundamental dos países membros da CPLP, porquanto sem o seu inventário, estudo e monitorização, poderá estar ameaçada a manutenção da possibilidade de intercompreensão que ainda existe entre os diversos falantes de LP.

Por outro lado, óbvio se torna admitir ser decisivo, para a análise das potencialidades desta comunidade linguística e histórica, determinar o grau de comprometimento dos poderes públicos e políticos numa estratégia de desenvolvimento da língua portuguesa, não apenas como instrumento de comunicação mas igualmente como realidade em construção em Estados autónomos e independentes.

Pensamos que os poderes políticos devem lidar com algumas questões inultrapassáveis.

Em primeiro lugar, que o papel desempenhado pela língua portuguesa em cada um dos Países, não inviabiliza, necessariamente, a possibilidade de afirmação das línguas locais, enquanto formas de expressão de valores e de representação da realidade social. O que é decisivo, nesse domínio, é que os Estados desenvolvam orientações estratégicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e protecção das línguas locais. É preciso criar condições, não de hostilidade, mas de convivência, da língua portuguesa e das línguas locais.

Em segundo lugar, que cada uma destas realidades representa papéis distintos. Enquanto as línguas locais são elementos quase genéticos de identidade dos cidadãos, a língua portuguesa cumpre uma funcionalidade específica, inter-relacionando as várias comunidades linguísticas de um mesmo País, dos vários Países integrantes da CPLP e de comunicação no contexto internacional mais alargado.

Essa funcionalidade está, por isso, associada a uma utilidade, constituindo um elo comunicacional que se desenvolve em vários patamares – o nacional, o comunitário e o internacional.

## O português em Angola

A dinâmica do fenómeno de troca cultural que se desenvolveu durante a época colonial, entre os Angolanos e os Portugueses, implicou modificações substanciais da LP. Independentemente dos factores que para isso contribuíram, certo é que a comunidade internacional conta hoje com uma realidade geopolítica que é reconhecida pela sua identificação linguística, sem no entanto, pôr em causa a identidade política autónoma dos que a integram.

Da mesma forma que se constata evoluções no contexto de uma mesma realidade nacional, incorporando a modernidade e novas formas de representação linguística dessa realidade, porquanto a língua uma entidade dinâmica, de igual modo se deve reconhecer a contribuição dada pelos vários grupos de falantes da LP para a construção de formas distintas de representar essa mesma língua.

Essa dinâmica é gerada pela própria sociedade, pelas relações entre as pessoas, pela necessidade, enfim, de estabelecer um patamar de compreensão em que todos se insiram.

No que respeita a Angola, a adaptação da LP a novos contextos socioculturais manifesta-se em vários contextos, como se pode verificar abaixo:

- (1)- Ao nível da abertura vocálica, em ordem inversa à articulação portuguesa;
- (2)- Na tendência para a anulação do ditongo decrescente;
- (3)- Na anulação da ênclise pronominal;
- (4)- Na fraca percepção da diferença entre tempos verbais, particularmente entre o imperfeito (raramente utilizado) e o perfeito;
- (5)- Na tendência à nasalização consonântica;
- (6)- Na lexicalização de vários itens oriundos das línguas locais como, por exemplo:

i. da língua kimbundu

- kamba, de *dikamba*; "amigo"
- cota, de *dikota*; "pessoa adulta"
- cangar, de *kukanga*; "prender, amarrar"
- cochilar, de *kukoxila*; "dormitar"
- bombó, de *mbombo* "mandioca amolcida em água"<sup>1</sup>

ii. da língua umbundu

- loengos, de *olohengo*; "fruto silvestre"
- losakas, de *olosaka*; "pequenas beringelas"

<sup>1</sup> Depois de seco, é ou pulverizado e utilizado para a confecção do flange, prato tradicional angolano, ou ainda assado e comido com jinguba (amendoim) torrada.

- suanga, de *swanga*; "esparregado de folhas de mandioca"
- seculo, de *sekulu*; "o mesmo que cota"

iii. da língua kikongo (Cabinda)

- matiti, de *matiti*; "relva"
- bacamas, de *bakama*; "elementos de uma scita religiosa"
- maiaca, de *mayaka*; "pães de mandioca"
- Buco Zau, de *Mbuku Nzawu*, nome de uma localidade
- Simulambuco, de *Nsi ya Mambuco*, "Terra do Mambuco", um sítio histórico.

### Conclusão

Face ao acima exposto, pensamos que, para uma realidade multipolar como é a da língua portuguesa, falada em vários países de vários continentes, só são entendíveis vários sistemas e vários instrumentos para lidar com ela. Com efeito, o seu contacto com outras línguas e culturas deixou nela, marcas que demonstram a sua adaptabilidade a esses novos contextos.

Pensamos que os poderes políticos devem lidar com algumas questões inultrapassáveis.

Em primeiro lugar, que o papel desempenhado pela língua portuguesa em cada um dos Países, não inviabiliza, necessariamente, a possibilidade de afirmação das línguas locais, enquanto formas de expressão de valores e de representação da realidade social. O que é decisivo, nesse domínio, é que os Estados desenvolvam orientações estratégicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e protecção das línguas locais. É preciso criar condições, não de hostilidade, mas de convivência, da língua portuguesa e das línguas locais, na medida em que cada uma destas realidades representa papéis distintos.

Em segundo lugar, que a utilização externa de uma língua comum facilita a expressão de interesses comuns e específicos, dá escala à representação desses interesses no contexto internacional. De resto, a sua utilização não é mais do que a natural expressão de uma realidade política instituída por vontade dos povos e dos Estados que integram a CPLP. Ou seja, faz sentido que uma comunidade política se expresse numa realidade linguística comum, sempre que ela se apresenta como tal.

Pensamos também que seria importante a criação de uma Academia da Língua Portuguesa, com uma natureza científica, técnica e eminentemente académica, e que tivesse por objecto geral a análise permanente, o estudo e o acompanhamento da evolução da língua nos vários países que a falam. Um desafio que se dedicasse igualmente à promoção de propostas de divulgação (edições, conferências, e

outras) ou de estímulo do estudo da língua (instituição de prémios, avaliação do sistema de bolsas e de intercâmbio de docentes e alunos, e outras).

É claro que uma instituição deste tipo, com uma dinâmica inclusiva e de representação das várias realidades da língua e de cariz académico e científico, não esgota as potencialidades de outras formas de organização que contribuam para os mesmos objectivos.

Não exclui, por exemplo, a criação de Academias de Letras nos vários Países que falam português, eventualmente estimuladas pela experiência da portuguesa, dirigidas ao acompanhamento, orientação e controlo dos sistemas de estudo, evolução e preservação dos traços comuns que a língua portuguesa induz. Como admite, e até exige, o reforço da cooperação nos sistemas escolares e de políticas de ensino, bem como na promoção da língua nos meios de comunicação de massas.

Deve continuar a apostar-se na criação de condições para que técnicos dos vários países tenham a possibilidade de discutir, trocar opiniões e experiências sobre a vivência concreta da língua portuguesa. Como se deve igualmente promover a formação de quadros, o intercâmbio de docentes e alunos, a concessão de bolsas de investigação.

#### BIBLIOGRAFIA

- BONVINI, Emile (1993) *Langues et langages en Angola*, Paris CNRS
- CALVET, Louis-Jean (1987) *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris, Payot
- CARVALHO, Paulo de (1982) *Estrutura social e linguagem (O caso de Angola colonial)*. CEA, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra
- FERNANDES, João e NTONDO, Zavoni (2002) *Angola: Povos e línguas*. Luanda, Editora Nzila
- GONÇALVES, António Custódio (1999) Gestão política das identidades culturais: Desafios à democratização, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, 2000, Porto.
- HAGEGÉ, Claude (1982) *La structure des langues*, Paris, PUF (Que-sais-je?, 2006)
- , (1985) *L'homme de paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines*, Paris, Fayard
- KAMBWA, Augusto Eduardo (2002) *A problemática da coabitação linguística em Angola*. Luanda, comunicação apresentada no XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- MARQUES, Irene Guerra (s/d) *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*. Luanda, INALD
- MARTINET, André (1974) *Syntaxe générale*, Paris, Armand Colin
- MINGAS, Amélia Arlete (1998) *O português em Angola: reflexões*. Macau, comunicação apresentada no VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa

- , (2000 a) *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda, Edições Chá de Caxinde
- , (2002 b) *Linguas, etnias e nação*. Moscovo, comunicação apresentada na Universidade Estatal de Moscovo
- POTTIER, Bernard (1987) *Théorie et analyse en linguistique*. Paris, Hachette
- PRAH, Kwesi (2002) Language, the african development challenge. In *TRicontinental*, n.º 150, Havana
- UNESCO (1980) *Le développement culturel. Expériences régionales*. Paris, Imprimeries Réunies de Chambéry